

Fiscalização da Semad identifica desmatamento em 16 municípios no Sul de Minas

Sex 27 março

Uma operação de fiscalização ambiental realizada pela [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#) identificou a supressão irregular de cerca de 74 hectares de vegetação nativa em 16 municípios do Sul de Minas Gerais. A ação resultou na aplicação de multas estimadas em R\$ 1,8 milhão, além do embargo das áreas degradadas.

A Operação Ordinária Recursos Florestais foi conduzida pela Unidade Regional de Fiscalização do Sul de Minas (URFIS SM) entre os dias 19 e 26/3, como parte do planejamento anual de combate ao desmatamento no estado. Ao todo, 20 imóveis rurais foram fiscalizados a partir de alertas gerados por plataformas de monitoramento ambiental, como MapBiomas, Brasil Mais e o sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Segundo a Semad, as irregularidades identificadas envolvem, principalmente, a retirada de vegetação típica dos biomas Mata Atlântica e Cerrado, com o objetivo de ampliar áreas destinadas a atividades agrossilvipastoris.

Durante a operação, os fiscais constataram o uso do fogo para eliminação de resíduos florestais, evidenciado por cinzas e material parcialmente carbonizado nas áreas vistoriadas. Também foi verificado o aproveitamento indevido de madeira e lenha extraídas ilegalmente, o que pode indicar obtenção de vantagem econômica por parte dos responsáveis.

A conversão das áreas desmatadas para uso agrícola também foi apontada como um fator que dificulta a regeneração natural da vegetação, ampliando os danos ambientais. Diante das irregularidades, os responsáveis serão autuados administrativamente, com aplicação de multas e suspensão imediata das atividades nas áreas afetadas. Os casos serão ainda encaminhados ao Ministério Público de Minas Gerais, que poderá apurar a ocorrência de crimes ambientais.

De acordo com o coordenador da URFIS SM, Elias Venâncio, o uso de tecnologias de monitoramento tem permitido maior agilidade nas ações de fiscalização. “Isso aumenta as chances de embargo das áreas antes da consolidação de usos irregulares do solo e favorece a recuperação ambiental”, afirmou.

Além dos impactos diretos sobre a biodiversidade, a retirada da cobertura vegetal compromete a proteção dos recursos hídricos. Ecossistemas como florestas e matas ciliares são fundamentais para a infiltração da água no solo, a recarga de aquíferos e a regulação dos cursos d’água. A degradação dessas áreas pode intensificar eventos extremos, como secas e enchentes, além de afetar a qualidade e a disponibilidade da água.

A operação reforça o compromisso da Semad com o enfrentamento ao desmatamento ilegal e a preservação dos ecossistemas, com previsão de continuidade das ações de fiscalização ao longo

de 2026.